



DENISE ROTHENBURG Com Eduarda Esposito
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Dino em voo solo

O escândalo envolvendo recursos repassados à ONG ligada a petistas já fez circular entre os deputados do centro a certeza de que o ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino trabalha de forma independente do governo. Embora não haja qualquer resquício de que o caso da “ONG das Quentinhas” tenha saído das investigações da PF solicitadas por Dino, os políticos já fizeram essa leitura nos bastidores.

A certeza da oposição

As redes sociais dos opositoristas foram inundadas com a fala do presidente da Câmara, Hugo Motta, à rádio Arapuan FM, da Paraíba, sobre o quebra-quebra de 8 de janeiro de 2023. A forma como o presidente da Câmara se posicionou, criticando penas exageradas, foi vista como um indicativo de que, se o tema for a votos na Câmara, a tendência hoje é de aprovação da anistia.

Equilibra aí

Os petistas já sabiam que Hugo Motta não seria um aliado 24 horas, mas, ainda assim, não imaginavam que ele, logo na primeira semana, entraria no debate da anistia, com tendência de simpatia à proposta. Para muitos, foi um sinal de que, ao contrário do que o governo espera, não será um ano tranquilo na Câmara. A esperança agora é que Motta, ainda que seja mais opositorista nesse tema, ajude nas medidas econômicas.

Tem que dosar

A tendência de aprovação, porém, não é para uma anistia ampla, nos moldes do que o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus aliados mais fiéis desejam. A inclinação dos partidos de centro será no sentido de anistiar quem não participou diretamente dos atos de vandalismo.

Um prato cheio para o Centrão e a oposição

A divulgação do escândalo da “ONG das Quentinhas” caiu como uma luva no desejo dos partidos de centro, de pressionar o governo para que substitua o ministro do Desenvolvimento Social, Wellington Dias (PT), e abra mais espaço para os centristas na seara dos projetos sociais governamentais. Não é de hoje que os partidos mais conservadores que apoiam o governo pedem, sem sucesso, espaço nas áreas sociais — saúde, educação, assistência social — e também na articulação política palaciana. Na quarta-feira, o Jornal *O Globo* trouxe à luz a história de uma ONG ligada a petistas que tem um contrato de R\$ 5,6 milhões para entrega de quentinhas e não presta devidamente o serviço à população. O ministério já suspendeu o contrato, mas a confusão está armada.

» » »

Na oposição, a ideia é buscar uma CPI que possa investigar os contratos do governo com ONGs, numa nova apuração sobre as organizações não governamentais. Desta vez, com o foco naquelas que prestam serviços sob o guarda-chuva do Ministério do Desenvolvimento Social, pasta ocupada pelo PT. É mais um ponto de desgaste, neste momento em que o Poder Executivo se vê pressionado pela troca na articulação no Planalto, pelo aumento dos preços nos supermercados e com uma popularidade que, para os padrões de governos Lula, deixa a desejar.



CURTIDAS



Muda aí/ O Progressistas aposta no presidente da Câmara, Hugo Motta, para tentar reverter a posição da bancada do Republicanos contrária à federação com o PP e o União Brasil. Há quem diga que a amizade que une o presidente do PP, Ciro Nogueira (foto), e o presidente Hugo ajudará nessa missão.

Por falar em acordos partidários... O PSDB começou a recolher os flaps nos planos de voo de fusão com o PSD. Até o carnaval, será difícil tomar uma decisão.

Você, pra mim, é problema seu/ Se o partido não conseguir fechar a fusão, os governadores vão cuidar da própria vida e deixar a legenda. Em Pernambuco, por exemplo, Raquel Lyra já está com um pé no PSD, de Gilberto Kassab.

Antenadíssima/ A jornalista Kátia Cubel, CEO da Engenho Comunicação, lança nesta segunda-feira a revista *Antenados*. A primeira edição está dedicada a mulheres que fazem a diferença na capital do país.

ANOS DE CHUMBO

Reparação pela via extrajudicial

AGU firma acordo para acelerar processos nos casos de anistiados políticos. A medida visa prevenir litígios e permite que os pedidos de indenização por danos morais sejam analisados sem passar pela Justiça

» EDUARDA ESPOSITO

A Advocacia-Geral da União (AGU) firmou acordo com um escritório de advocacia do Nordeste para permitir que pedidos de reparação por danos morais a anistiados políticos sejam analisados pela via extrajudicial. De acordo com a AGU, “o objetivo é prevenir litígios e dar celeridade aos processos de apreciação de demandas de pessoas que tiveram a condição de anistiado político reconhecida pela União”.

O acordo foi realizado pela Coordenação Regional de Negociação da 5ª Região, que atua em seis estados da região, com um escritório que tem dezenas de anistiados residentes ali. O termo consensual define a forma como as ações devem ingressar nas unidades do braço jurídico do Estado, os documentos necessários e o relato sobre a situação que gerou o reconhecimento de anistia.

Atualmente, pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, para ser reconhecido como anistiado político é preciso enquadrar em algumas condições como por exemplo, atingidos por atos institucionais ou complementares; punidos com transferência para localidade diversa daquela onde exerciam suas atividades profissionais; punidos com perda de comissões já incorporadas ao contrato de trabalho ou inerentes às suas carreiras administrativas; ou compelidos ao afastamento da atividade profissional remunerada, para acompanhar

o cônjuge. A lei também estabelece como será feita a indenização, que pode ser em prestação única ou em mensal, permanente e continuada, asseguradas a readmissão ou a promoção na inatividade.

De acordo com a AGU, os acordos firmados têm potencial em eliminar etapas do processo e permitir que as demandas tramitem em menos tempo e com custos menores, se comparado ao processo normal. Isso se deve ao fato de que na tramitação extrajudicial, os casos são levados a juízo somente para homologar e expedir a requisição de pagamento.

Como funciona

O acordo para análise extrajudicial poderá ser replicado nas Coordenações Regionais de Negociação de todo o país, segundo a AGU. Em nota, a procuradora Nacional da União de Negociação da AGU, Clara Nilton, explica que esse modelo vai beneficiar a todos. “O ineditismo do acordo firmado na 5ª região está no fato de a AGU ter criado, em entendimento com magistrados e escritórios de advocacia, um fluxo para dar celeridade aos pedidos dos anistiados políticos”, destacou.

Segundo a coordenadora-regional de Negociação da 5ª Região, Katarine de Faria, “o que se pretende é justamente traçar regras e procedimentos para a fluidez do fluxo das demandas de reparação de danos morais, tendo como causa o reconhecimento da condição de anistiado político, sem que seja necessária a judicialização”.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



A Lei nº 10.559, de 2002, estabelece as regras e condições para uma pessoa ser reconhecida como anistiado político e prevê indenização

Advogado defende revisão da anistia

Para perdoar os crimes políticos realizados entre setembro de 1961 e agosto de 1979, foi aprovada a Lei da Anistia em 1979. A lei concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos durante esse período. O advogado constitucional e administrativo Alessandro Soares defende que “com o advento da Constituição de 1988, tornou-se evidente que o Supremo Tribunal Federal (STF) precisaria, em algum momento, analisar a constitucionalidade dessas normas”.

De acordo com o especialista,

o principal ponto a ser visto é se a interpretação que estendia a anistia aos agentes estatais reserváveis por crimes comuns, como sequestro, lesão corporal, tortura, homicídio e ocultação de cadáver é compatível com o que é previsto na Constituição. “A solução proposta pelo relator visava encerrar rapidamente o debate sobre a punição penal de agentes da repressão, priorizando a “superação” do passado por outros meios, como o acesso a documentos históricos e a garantia do direito à memória.

Nas palavras do ministro Eros Grau: “É necessário não esquecermos, para que nunca mais as coisas voltem a ser como foram no passado”. Para ele, o retorno ao passado seria permitido apenas para lembrar, não para punir”, afirma.

Para o advogado, essa posição do STF precisa ser ratificada devido às ações recentes contra o Estado como planos de golpe de Estado, sequestro e assassinato de autoridades, incluindo de ministro da Suprema Corte. “(Essas ações) evidenciam que a omissão

de punir agentes estatais que cometeram crimes atrozmente reforça a necessidade de revisão dessa postura. Vivemos, atualmente, em um contexto histórico diferente, no qual não há mais espaço para ilusões sobre o processo de conflito político. Neste cenário, torna-se imprescindível que o STF reanalise a Lei da Anistia, atribuindo-lhe uma interpretação conforme à Constituição de 1988 e garantindo o cumprimento de tratados e convenções internacionais”, defende Soares. (ES)